

Luis Felipe MIGUEL<sup>1</sup>

LINZ, J. J., STEPAN, A. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. 2.ed. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Até há alguns anos – o fim do governo Sarney, mais ou menos – a questão da *transição democrática* era um dos temas dominantes da ciência política no Brasil. Desde então, vem merecendo bem menos atenção, como se a posse de um presidente eleito pelo voto popular direto encerrasse os problemas nessa área. De fato, do ponto de vista de suas instituições, o Brasil se enquadra no figurino das “democracias liberais” ocidentais. No entanto, ainda é cedo para dizer que o Brasil constitui uma democracia *consolidada*, isto é, relativamente imune a retrocessos autoritários. E do ponto de vista do aprofundamento da democracia, num país marcado por desigualdades tão brutais, ainda temos um longo caminho a percorrer.

Por tudo isto, é bem-vinda a publicação em português do livro de Linz & Stepan (1999). Obra séria, fruto de uma pesquisa exaustiva, bem documentada, escrita por dois *scholars* respeitáveis, ela merece ser lida por seus muitos méritos – mas, também, por ser reveladora dos impasses em que se encontram as discussões sobre as transições democráticas e sobre a teoria democrática em geral.

---

1 Departamento de Ciência Política - Universidade de Brasília -70910-900 - Brasília - DF.

O livro possui cinco capítulos iniciais de caráter teórico, seguidos por uma série de estudos de caso, de transições políticas no sul da Europa (Espanha, Portugal e Grécia) e na América do Sul (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai). Na edição brasileira, a parte que trata do Leste Europeu foi desmembrada e está prometida para um segundo volume. Cada um dos estudos de caso está, em si, sujeito a polêmicas. Para o leitor brasileiro, o capítulo sobre o Brasil é quase frustrante. Poucos observadores locais, por exemplo, deixariam de considerar excessivamente otimista a apreciação que os autores fazem sobre o governo Fernando Henrique Cardoso e seus efeitos na cultura política nacional (mesmo em 1996, data da publicação original do livro).

Também parecem fúteis as tentativas de datar com precisão a consolidação democrática (“no Uruguai, aconteceu em 1992”), como se um processo pudesse ser encapsulado num único de seus momentos. O Uruguai, aliás, serve de exemplo para uma inconsistência conceitual, já que é apresentado como democracia consolidada, mas “propensa a riscos” (p.197), uma contradição em termos – afinal, “consolidar” significa precisamente “tornar seguro, estável”, vale dizer, reduzir os riscos...

As principais questões que o livro suscita, porém, estão vinculadas à sua moldura teórica. A primeira diz respeito ao conceito de democracia. Os autores apresentam uma definição procedimental estrita, segundo a qual

uma transição democrática está completa quando um grau suficiente de acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos visando obter um governo eleito; quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre; quando esse governo tem, *de fato*, a autoridade de gerar novas políticas; e quando os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, criados pela nova democracia, não têm que, *de jure*, dividir o poder com outros organismos. (p.21)

A redução da democracia a esses procedimentos mínimos (que é uma prática corrente entre os cientistas políticos) possui conseqüências relevantes. Há a adesão irrestrita, mesmo que implícita, à *démarche* schumpeteriana, que limita o processo democrático à competição entre elites e retira dele sua característica antes tida por emblemática, a participação popular. E há a despreocupação com a relação entre organização política e estrutural social e econômica – a visão, na feliz expressão de Atilio Boron (1995, p.72), de um “‘céu político’ completamente independentizado da base material”. A abordagem superficial dada à relação complexa e ambígua entre mercado e democracia (p.30-2) pouco contribui para sanar a lacuna.

A operacionalização do conceito, por sua vez, leva a um paradoxo (que também não é exclusivo de Linz & Stepan): a democracia é definida por seu caráter competitivo, mas o índice de sua consolidação é o consenso. Do ponto de vista dos grupos que participam da competição política, essa ênfase no consenso leva a uma espécie de camisa-de-força, já que qualquer proposta de alteração das instituições políticas é tachada de desleal e antidemocrática – como se elas fossem “neutras” e não beneficiassem nenhum grupo social. Ao mesmo tempo, a “moderação” das alternativas políticas mais radicais é vista sempre como um benefício para a estabilidade do sistema e uma demonstração de amadurecimento, e não como uma redução do debate político e, portanto, do leque de opções colocado à disposição do *demos* (ver, por exemplo, p.193).

O principal consenso que garante a estabilidade democrática, porém, parece ser o popular. Um alta porcentagem da população respondendo que concorda com afirmações como “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” ou “a democracia resolve os problemas” seria garantia de estabilidade do regime. Ora, tais *surveys* representam apenas um indício, entre muitos outros, e não dos mais fortes, das disposições de comportamento de uma população. As questões representam preocupações dos entrevistadores, não dos entrevistados; as respostas são apenas isto, respostas, não necessariamente a expressão de convicções ou opiniões mais profundas (Bourdieu, 1984, 1996; Champagne, 1990). Um exemplo anedótico, mas verídico, atesta esse fato: poucos meses antes de Maio de 1968, um extenso *survey* levado a cabo na França concluíra que a juventude daquele país era completamente apática, desmobilizada e desinteressada da política...

Dois fatores principais contribuem para o sucesso dos *surveys* na ciência política, em especial por autores – como Linz & Stepan – que sofrem a influência da corrente de estudos de “cultura política”, na linha de Almond & Verba (1963). Primeiro, a atração por uma técnica bastante confiável, graças ao aprimoramento das fórmulas de amostragem, e que permitiria quantificar fenômenos sociais, uma atração significativa para as ciências humanas, que ainda padecem de um complexo de inferioridade crônico em relação às suas primas distantes, as ciências naturais.

Em segundo lugar, a técnica se adequa a uma premissa amplamente compartilhada sobre o comportamento humano, a idéia de que os indivíduos são racionais e mantêm uma estrita coerência entre o que pensam, o que exprimem do que pensam e a maneira como agem. Embora não seja possível, no espaço desta resenha, discutir a fundo a questão, é necessário assinalar que ela promove uma redução grosseira da comple-

xidade do comportamento de mulheres e homens. Uma redução que seguramente facilita a construção de modelos teóricos e analíticos, mas que, por outro lado, compromete a compreensão efetiva da realidade.

Existem pontos controversos também na nova tipologia de regimes políticos proposta pelos autores. Em relação à tripartição já clássica, proposta por Linz nos anos 70, entre democracia, autoritarismo e totalitarismo, são acrescentadas duas novas categorias. O “pós-totalitarismo” surge para encaixar situações como a União Soviética do período Brezhnev, sendo uma espécie de totalitarismo mitigado ou uma transição inconclusa do totalitarismo para o autoritarismo. Já o sultanismo é caracterizado pelo patrimonialismo dos governantes e por seu “poder pessoal irrestrito” (p.72) – formulação que, por si só, denuncia a influência do “despotismo oriental” de Montesquieu, governo que é caracterizado, segundo o sábio francês, pelo poder de “um só, sem lei e sem regra” (Montesquieu, 1951, p.239).

A idéia de “poder pessoal irrestrito”, porém, é questionável. Ela leva a ignorar as relações de forças que são próprias do jogo político. Além disso, nos regimes “sultanísticos”, tal poder está, via de regra, ligado a uma potência externa que o patrocina e, portanto, subordina. Será que o Haiti de Papa Doc, o Irã do Xá Reza Pahlavi, a Nicarágua de Somoza ou as Filipinas de Ferdinando Marcos, para citar apenas exemplos fornecidos pelos próprios autores, teriam sobrevivido sem o auxílio dos Estados Unidos? Será que o poder pessoal desses governantes era irrestrito a ponto de poderem afrontar os interesses estadunidenses dentro de seus países? A resposta óbvia para ambas as perguntas é o “não”. O tímido reconhecimento que Linz & Stepan fazem da influência externa (p.98) não é suficiente para reparar essa lacuna, que fere de morte o próprio conceito de “sultanismo”, tal como eles o formularam.

Entre os pontos fortes do livro, merece destaque a introdução da variável “estatalidade” (*stateness*) na discussão sobre as transições políticas – isto é, a existência (ou não) de “discordância profunda quanto às fronteiras territoriais do estado da comunidade política, bem como profunda discordância quanto a quem tem o direito à cidadania daquele estado” (p.35). O conceito captura uma dimensão crucial de conflito político, em geral ignorada pela literatura especializada. No caso da Espanha, às voltas com a pretensão de autonomia de bascos e catalães, como no de muitos países do Leste Europeu, o problema de estatalidade é central para a compreensão da transição.

Tanto em seus méritos quanto em suas deficiências, *A transição e consolidação da democracia* é um livro que enseja discussão e que ali-

menta o debate sobre a construção de uma política democrática em países que, como o Brasil, estavam há pouco submetidos a regimes arbitrários. A seriedade da pesquisa que o embasa e o respeito merecido por seus autores – o nome de Linz é referência internacional nos estudos sobre autoritarismo e Stepan é um dos principais estudiosos dos regimes militares sul-americanos, em especial o brasileiro – tornam-no ainda mais digno de atenção.

## Referências bibliográficas

- ALMOND, G. A., VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1963.
- BORON, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E., GENTILI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BOURDIEU, P. L'opinion publique n'existe pas. In: \_\_\_\_\_. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1996.
- CHAMPAGNE, P. *Faire l'opinion: le nouveau jeu politique*. Paris: Minuit, 1990.
- MONTESQUIEU, C. S. L'esprit des lois. In: \_\_\_\_\_. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1951. v.2.